

História de uma *reliquia*

Maria Eduarda Borges dos Santos*

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A reliquia, romance queirosiano de 1887, constituiu, para Eça, simultaneamente uma intermitência e um estímulo para a composição da sua obra maior que foram *Os Maias*. No atual estudo, propomo-nos mencionar episódios e reflexões que possam ter contribuído não apenas para a génese d'*A reliquia* – que se destaca pela observação irónica (caldeada pela fantasia) do *modus vivendi* religioso e burguês na Lisboa do século XIX –, mas de igual modo para a sobrevida da personagem. Que papel terão tido *As Farpas* escritas com Ramalho Ortigão ou a correspondência trocada com familiares, amigos e editores para a conformação dos ideais éticos e estéticos do autor e para a fortuna crítica do romance?

Palavras-chave: Eça de Queirós, *A reliquia*, *As Farpas*, Ramalho Ortigão.

Introdução

A reliquia, publicada sob a forma de folhetim na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre 24 de abril e 10 de junho de 1887, mas entretanto também em volume em Portugal no mesmo ano, narra as aventuras e desventuras materiais, morais (ou não tanto) e familiares de um herói integrado no ambiente burguês e beato da Lisboa finissecular de Oitocentos. Façanhas, proezas e heroicidades, mas também andanças, perigos e acasos são os ingredientes

* Membro do Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Castelo Branco | Escola Superior de Educação.
ORCID: 0000-0002-1028-7004.

fatores do protagonismo de Teodorico Raposo, o “Raposão”, quaisquer que sejam as latitudes onde as suas ações se desenrolem – Portugal, Egito, a Terra Santa –, ou o tempo real e onírico que delimita a duração das viagens e das conquistas que empreende.

O título do estudo que nos propomos desenvolver, “História de uma *reliquia*”, é intencionalmente ambíguo, por remeter em primeira instância para a designação do romance queirosiano, *A reliquia*, designação esta que privilegia, do conjunto dos elementos que configuram o efeito de real de qualquer narrativa, um objeto (apenas?), e, posteriormente, para o carácter valorativo desse mesmo constituinte no seio de uma cultura de fundamento cristão como a portuguesa. Neste sentido, os nossos objetivos poderiam ter sido essencialmente dois: primeiro, explicitar o conteúdo da história, elencar as personagens, descrever os espaços e dilucidar a progressão temporal da ação; segundo, evidenciar os vetores religiosos que contribuem para a sacralização de um objeto (ou da crença que o sustenta) e, conseqüentemente, para a sua valorização no seio de uma determinada sociedade.

Contudo, o nosso propósito é outro. Pretendemos delinear os contornos do que foi a história do texto em si, bem como a sua fortuna crítica, no conjunto da produção queirosiana, no panorama literário luso-brasileiro e no universo editorial coetâneo, tomando como ponto de partida quer alguns textos d’*As Farpas*, reunidos em *Uma campanha alegre*, quer na correspondência privada do escritor (Matos, 2008).

Analiseemos, por conseguinte, esses trechos no sentido de vislumbrarmos: i) a trajetória de composição d’*A reliquia*; ii) o seu processo de edição; iii) a receção do romance e o concurso da Academia Real das Ciências de Lisboa.

1. A trajetória de composição

As farpas: crónica mensal da política, das letras e dos costumes, foram publicações mensais da autoria de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, conjuntas, entre maio de 1871 e dezembro de 1872, e apenas do primeiro escritor, de 1872 a junho de 1883. A colaboração queirosiana, como se verifica, ocorre uma década e meia antes da publicação d’*A reliquia*, vindo o escritor a reeditar os textos de sua lavra mais tarde, sob o título de *Uma campanha alegre de «As Farpas»*. Na advertência desta obra, o autor declara que apenas foram realizadas “depurações exteriores” e que o conteúdo em nada foi alterado, mantendo-se o “feito inicial das Farpas” que “pelo contágio da sua sinceridade acordou os risos da multidão contra a «Tolice de cabeça de touro»” (UCA, p.7).

Se bem que nenhum dos textos de *Uma campanha alegre* se refira diretamente ao projeto que viria a configurar o romance de 1887, a verdade é que neles encontramos reflexões acerca de temas que a narrativa virá a abordar, constituindo, por conseguinte, elementos incontornáveis para a sua génese, como procuraremos evidenciar através de uma análise comparativa. Neste sentido, a análise da farpa V, de maio de 1871 (UCA, p.43–45), sobre a pastoral de um pontífice, permite-nos verificar que o seu conteúdo versa sobre a extinção do poder temporal e sobre a oposição do Sr. Bispo do Algarve relativamente a semelhante decisão. Na opinião de Eça, seria um dolo pensar-se que a igreja pudesse viver unicamente do poder espiritual, uma vez que o que sustentava o catolicismo era o poder temporal, o Reino de Roma, fundado na vantagem esmoler.

N’*A relíquia*, verificamos o desespero e azedume de Teodorico, o narrador autodiegético (Reis, 2018, p.293–295), quando, deserdado da fortuna da Titi, toma conhecimento de que a maioria dos bens tinha sido doada à igreja e aos elementos do clero que frequentavam a casa da Senhora D. Patrocínio:

[A Titi] dispersara no seu testamento as riquezas de G. Godinho do modo mais incoerente e mais perverso. O prédio do Campo de Santana e quarenta contos de inscrições para o Senhor dos Passos da Graça. As ações da Companhia do Gás, as melhores pratas, a casa de Linda-a-Pastora para o Casimiro, que já se não mexia, moribundo. Padre Pinheiro recebia um prédio na rua do Arsenal. A deliciosa quinta do *Mosteiro*, com o seu pitoresco portão de entrada onde se viam ainda as armas dos condes de Landoso, as inscrições de Crédito Público, a mobília do Campo de Santana, o Cristo de ouro – para o padre Negrão. (Queiroz, s.d., p.262)

Ora, o Padre Negrão – “O esgalgado Negrão” (*idem*, p.243), de “queixo sumido” (*idem*, p.248), de “face chupada, dentes afiados e famintos” (*idem*, p.242), que “vivía ao pé de Torres”, que até então nunca se deslocara a Lisboa, cidade “que lhe fazia nojo, com tanta relaxação...” e que só pela Titi, “Só por ela, e para a ajudar nos seus negócios, é [que ...] condescendera em deixar a sua aldeia. E tão delicado, tão serviçal... Ai! Era uma perfeição!” (*idem*, p.238) – este padre, como dizíamos, constitui o exemplo cabal de quem pretere os bens espirituais em prol dos materiais. É esta mesma personagem que virá ainda a herdar a riqueza do Padre Casimiro e do Padre Pinheiro, em suma, toda a fortuna do Comendador G. Godinho. Negrão, “na sua natural sofreguidão de procurar esteios para a fé oscilante” (*idem*, p.274), apodera-se de tudo o que Teodorico amara, até de Adélia (*idem*, p.273).

A referência à negativa influência clerical na sociedade portuguesa surge, por conseguinte, envolta numa aura depreciativa e, mais uma vez, são

evidenciadas as estratégias pouco ortodoxas utilizadas pela classe, como, por exemplo, a ligação que mantém ao periódico “de arqueologia e piedade”, a *Nação*. A farpa XIII, de julho de 1871 (UCA, p. 75–82), que versa sobre máximas e opiniões do jornal a *Nação*, denuncia que a publicação tem correspondentes eclesiásticos, que faz anúncios de “água circassiana”, que é avessa à liberdade de consciência. E, como se estas características não bastassem, a *Nação* também condena o progresso industrial e transmite uma ideia negativa dos conferentes do Casino, afirmando que estes não têm nem ação, nem ideias, nem nome. Trata-se, em suma, de um ‘jornal sombra’.

N’ *A relíquia*, o periódico é ironicamente dotado de relevância diegética na medida em que se torna adjuvante do protagonista: ao fugir de casa da Titi, escorraçado, o herói enrola os chinelos num número da *Nação* (Queiroz, s.d., p.254); no Hotel Pomba de Ouro, ao almoço, o Sr. Lino, futuro sócio de Teodorico, lê atentamente a *Nação* (*idem*, p.255); neste jornal embrulha Teodorico as relíquias que passa a vender; na publicação, o protagonista exorta os fiéis a apegarem-se a esses objetos ‘religiosos’ (*idem*, p.259), que a *Nação*, ela própria, certifica como autênticas.

A farpa XXXVII, de outubro de 1871 (UCA, p.168–172), tem como objeto um negócio de missionários e denuncia o comércio de relíquias piedosas em Braga. Na cidade, os evangelizadores vendem aos fiéis missivas da mãe de Jesus, convencendo-os de que a posse de semelhantes relíquias os elevaria a uma posição religiosa invejável; e a prática estende-se a outras regiões do país, sobretudo porque os objetos são benzidos durante o ofício religioso. No romance de 1887, quando Teodorico pensa de si para si que poderia ter dado ao nefasto episódio da troca de embrulhos um final que lhe fosse mais favorável faz justamente alusão à nociva conduta dos missionários bracarenses, no seguinte passo:

E quem o duvidaria? Não mostram os santos Missionários de Braga, nos seus sermões, bilhetes remetidos do Céu pela Virgem Maria, sem selo? E não garante a *Nação* a divina autenticidade dessas missivas, que têm nas dobras a fragrância do paraíso? (Queiroz, s.d., p.274)

A relevância de *Uma campanha alegre*, no que concerne à trajetória de composição d’*A relíquia*, é essencialmente de natureza intratextual, dado que evidencia a contiguidade entre textos de opinião do escritor e o texto narrativo que relata as aventuras de Teodorico Raposo.

De índole diversa se revela a importância da correspondência queirosiana, uma vez que, por seu intermédio, o escritor alude, em discurso de

primeira pessoa, à sua produção ficcional. A análise dos textos epistolográficos permite-nos concluir que as primeiras referências do autor ao romance datam de julho e de setembro de 1884. Na missiva de 9 de setembro, endereçada ao conde de Ficalho, Eça declara que, embora se encontre mais absorvido pela composição d' *Os Maias*, tem 'piochado'¹ a *Relíquia* (Matos, 2008, I, p.351). A carta de 7 de julho, emitida de Bristol para Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda (*idem*, p. 336), constitui uma resposta ao convite que lhe foi formulado para publicar um estudo no *Jornal do Comércio*. Eça declina, uma vez que se encontra a trabalhar n' *Os Maias*, já "vendidos ao Chardron, e meio impressos", n' *A relíquia*, "que pertence à Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro" e ainda n' *A Capital*, de cuja "greda" seria difícil extrair um artigo. Conclui o autor da seguinte forma:

Vê, pois, caro Cristóvão Aires, que apesar do meu desejo, e da honra que seria para mim, em ter um estudo publicado no *Jornal do Comércio* – eu me vejo perante o seu pedido, como um mercador que tem os seus armazéns vazios, e a fazenda em mar, já vendida. (*idem*, p. 336)

A assunção de compromissos editoriais revela que os romances mencionados se encontravam, em 1884, em fase adiantada de elaboração e que, por conseguinte, a sua génese deve ser buscada alguns anos antes. Efetivamente, Ernesto Guerra da Cal, na sua *Bibliografia* (Vol. I, ficha 223), faz referência a uma primeira versão d' *A relíquia* em forma de conto, datada de finais de 1882, elaborada em Bristol, e a uma segunda, concluída em Portugal, em setembro de 1884. Por outro lado, em carta a Ramalho Ortigão, remetida de Newcastle a 8 de abril de 1878, Eça declara que, pelo facto de residir longe do solo de observação que é Portugal, vive uma "crise intelectual" que o leva a trabalhar, "sob a influência do desalento" (Matos, 2008, I, p.190), nas *Cenas Portuguesas* de que *Os Maias* fazem parte. Deste modo, para que a sua prosa não desponte "forçada, arrancada das névoas da reminiscência, construída como um mosaico, em que a observação [seja] hipotética e a lógica conjuntural" será imperioso "entregar-se à literatura puramente fantástica e humorística" (*idem*, p.192), literatura esta que poderia pressupor a composição d' *O Mandarim* e d' *A relíquia*. Todavia, na opinião de Silveira (2000), se *O Mandarim* é um romance dotado dessas características, o mesmo não acontece com *A relíquia*, narrativa onde existe uma alternância entre o processo experimental, de cunho científico, e o puramente irreal e humorista, que irá negá-lo.

1 Do francês "pioche" (picareta; fig. trabalho árduo).

A 15 junho de 1885, em missiva endereçada ao Conde de Ficalho, mas agora remetida de Londres, o autor afirma que se encontra a investigar, “sobre pedras, nomes de ruas, mobílias e *toilettes* para a [sua] Jerusalém”, sua e não de Jesus ou de Tibério, porque obra, também e sobretudo, fruto da imaginação; de facto, “a História será sempre uma grande Fantasia”, na medida em que “Reconstruir é sempre inventar” (Matos, 2008, I, p.370). Ainda da capital inglesa, a 18 de julho de 1885, pede Eça a Mariano Pina o favor de indagar, em Paris, sobre dois livros de Saulcy: *Jerusalém*, volume em 8.º, de 1882, e *Histoire de Hérode le Grand*, também em 8.º, de 1867.²

Recorde-se que o capítulo III do romance, relativo à manifestação onírica de Teodorico Raposo – meio a que o autor recorre para edificar o seu discurso moralizador e revelador –, é concebido como uma manifestação fantástica, distante dos preceitos realistas e naturalistas de produção romanesca (Peixinho, 2016). O sonho do herói é o fulcro da narrativa, dado que nele se problematiza a fusão do processo experimental com a fantasia, ou não tivesse o romance como subtítulo a máxima “sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”. No entanto, a evocação bíblica é fundada em vários pormenores resgatados à História e à Ciência, circunstância que atesta a preocupação do escritor em reproduzir de modo fidedigno na terceira versão d’*A relíquia*, de 1887, a Jerusalém onde o protagonista presenciou a Paixão de Cristo, uma Jerusalém bem distinta daquela que o turista positivista considerara uma decepção.

Será sobre a edição do romance, em 1887, que refletiremos a seguir.

2. O processo de edição

Com os editores do Porto, Lugan & Genelioux, sucessores de Chardron, mantém Eça de Queirós uma correspondência, como não poderia deixar de ser neste caso, relativa à publicação d’*A relíquia*. Assim, em texto de 16 de fevereiro de 1887, emitido de St. Ovídio, informa Genelioux de que a história de Raposo está concluída. Algum tempo mais tarde, a 3 de maio do mesmo ano, e de Sintra desta vez, refere que o romance terá tido a publicação do seu primeiro folhetim, com a devida “*réclame*” (Matos, 2008, I, p.488), na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, a 24 de abril. O escritor solicita ao editor que

2 Segundo A. Campos Matos, em nota à mesma carta, Louis Felicien de Saulcy, arqueólogo e numismata francês, publicara em 1853 *Le voyage autour de la Mer Morte et dans les terres Bibliques*, em 1866 (e não em 1882), *Les derniers jours de Jerusalem*, e, em 1867, *Histoire d’Hérode, roi des juifs* e não *Histoire de Hérode le Grand*, como referido na carta por Eça de Queirós.

prepare uma divulgação condigna para o lançamento do volume em Portugal e que disponibilize a Mr. Ferin, livreiro de Lisboa, exemplares do romance com os quais pretende agraciar alguns amigos e críticos. Cinco dias depois, a 8 de maio, Eça envia nova carta a Genelioux, lamentando o facto de este não ter esperado pelo final da publicação dos folhetins no Brasil e por não ter procedido à apropriada divulgação do livro que, assim, foi lançado no nosso país um pouco “*en cachette*”:

Pas d'annonces, pas de petit article qui aiguisât la curiosité, pas de préparation. Et contre cette absence de tambour et de trompette il n'y a pas de nom d'auteur qui tienne. Zola lui-même en a besoin. Le public a trop d'affaires, trop de distractions pour être au fait des livres qu'on publie – si on ne les crie pas aux oreilles. (*idem*, p.489)

O autor lastima que Genelioux não tenha deixado a cargo de Ferin a difusão da notícia em Lisboa, porque este conhecia os jornais mais adequados e de maior tiragem da capital, o *Jornal do Comércio* (em vez do *Economista*), o *Correio da Manhã*, o *Diário de Notícias* e o *Popular* (e não o *Notícias da Noite*), por exemplo, que teriam publicado as respetivas recensões d'*A relíquia* suscitando assim maior volume de vendas.

Ainda na mesma missiva, o autor aconselha que, à imagem do que fazia Chardron, alguns volumes d'*A relíquia* sejam enviados a jornais de Coimbra, à imprensa espanhola, aos livreiros de Madrid, a Mr. Treverret, um dos críticos mais renomados de França, e a Luís de Magalhães, com a finalidade de contribuir para a sua divulgação. Eça remete a Genelioux uma lista de jornais a contactar. Para além dos já referidos, acrescenta o *Comércio de Portugal*, o *Ocidente* (revista quinzenal), *A Ilustração* (de Mariano Pina), a *Época*, o *Jornal de Domingo*, a *Ilustração Portuguesa*, a *Revolução de Setembro*, o *Século*, a *Folha do Povo*, *O Arauto*; *La Época* e *El Imparcial* (de Madrid), *La Revista de España* e *La Ilustracion Española y Americana*. Na opinião do autor, é imprescindível que certos escritores sejam agraciados com exemplares da obra: Bruno (autor da *Geração Nova*); D. Maria Amália Vaz de Carvalho; Barros Lobo (Lisboa), Afonso Vargas (Lisboa), o Redator da *Imprensa*, Jaime de Magalhães Lima (Aveiro) e Camilo Castelo Branco. Com este procedimento, Eça pretende abrir caminho ao adequado lançamento d'*Os Maias*, esperando que Genelioux faça as coisas “un peu plus à moderna et avec un peu plus d'éclat” (*idem*, p.490–491).

A 28 de junho do mesmo ano, de Bristol, Eça de Queirós volta a fazer referência ao desajustado procedimento de Genelioux face ao acordo estabelecido com o Diretor da *Gazeta de Notícias*, Ferreira d'Araújo, e que teve como resultado o facto de o romance ter chegado ao Brasil quando a sua publicação

em folhetins do periódico ainda se encontrava em curso. Genelioux teme que no Brasil se faça uma reimpressão d'*A relíquia* que concorra com a edição portuguesa. O autor tranquiliza o editor, afirmando que, apesar dos rumores, a integridade de Ferreira d'Araújo lhe garantia que não haveria qualquer tipo de especulação editorial.

Neste mesmo texto, Eça manifesta o seu desacordo relativamente à possibilidade colocada pelo editor do Porto de publicar *Os Maias*, em julho de 1887:

Ne croyez-vous pas que Juillet est un peu trop tôt pour les publier ? La *relíquia* n'a pas encore eu le temps de se caser et de prendre rang. Et voilà déjà un autre roman. Ils marchent ainsi sur les talons l'un de l'autre – et ils se nuisent tous deux dans sa marche. (*idem*, p.497)

Em abril de 1888, entre outros assuntos, informa Genelioux de que um escritor espanhol está interessado em traduzir *A relíquia* para a língua de Cervantes, mas que ainda não sabe se o tradutor aceitará as condições propostas por si.

A 15 de janeiro de 1891, Eça transmite que obteve informação de que Genelioux preparava uma nova edição do romance; faz todavia votos para que a reimpressão não tivesse ainda tido lugar, uma vez que pretendia introduzir algumas correções no texto. Em 1894, em carta de 23 de junho, escrita de Paris ao sócio do falecido Genelioux, Mathieu Lukan, acerca do interesse demonstrado por Lello & Irmão em adquirir as suas obras publicadas ou em vias de publicação, refere que, no caso d'*A relíquia*, só haveria algo a negociar caso viesse a ter lugar uma edição definitiva dos seus livros. Todavia, uma carta anterior, de 27 de novembro de 1888, acerca da edição da *Correspondência de Fradique Mendes*, permite-nos concluir que *A relíquia* teria sido vendida ao editor por um conto de reis.

3. A receção do romance e o concurso da Academia Real das Ciências de Lisboa

Sobre a receção do romance, apenas duas cartas registam a gratidão de Eça de Queirós para com as palavras elogiosas dos críticos. A de 2 de junho de 1887, dirige-se a Luís de Magalhães, acerca do artigo por este publicado na *Província*, no número de 31 de maio de 1887, com as seguintes palavras:

[...] venho eu para lhe fazer a minha grande vénia, e agradecer-lhe, corado e modesto, a sua sumptuosa glorificação do livreco. [...] – Você tomou uma lâmina de prata com cercadura de ouro e joias, gravou-lhe em cima num traço profundo e poético uma bela, idealizada imagem da minha personalidade literária, e plantando-me diante dos olhos como um espelho exclama generosamente: – Tu és assim! Eu no primeiro momento, de mãos nos bolsos e empinando a barriga, miro-me na resplandecente lâmina e murmuro com satisfação: – É verdade, assim eu sou! Mas logo aquela secreta voz que todos os homens de bom-senso têm dentro de si [...] me diz finalmente: – «Não, tu não és assim ... Aquilo é uma impressão de amizade sentida através duma imaginação de poeta.» (*idem*, p.498)

O autor agradece a sagaz análise do amigo, sobretudo porque artigos de crítica literária sustentada eram raros em Portugal. Curiosamente, Eça desenvolve ainda uma autorreflexão e afirma que não admira nem a composição nem a estrutura da narrativa, que a presença do “mundo antigo” é forçada e pouco original, dado que não é atravessada por um “sopro naturalista de ironia forte”, e que, de D. Raposo, se esperava um riso sarcástico acerca de “Judeus e Rabis”. Em seu entender, a única qualidade do livro consiste no “*realismo fantasista da Farsa*” (*idem*, p.498).

A segunda carta, de 28 de agosto do mesmo ano, tem como destinatário o jornalista Mariano Pina, autor também de uma crónica acerca do livro que considera “uma obra-prima da arte-escrita” (crónica publicada no n.º 14 d’ *A Ilustração*, de 20 de julho de 1887). O que a Eça mais agradou foi o facto de Mariano Pina criticar a imprensa portuguesa por se abster de se dedicar à Arte e às Letras em particular, privilegiando os assuntos políticos, o resumo dos *Diários do Governo* e a lotaria. Porém, uma questão se nos coloca: por que motivo não terá o romancista tido em conta o parecer depreciativo do jornalista acerca do herói, Raposão, classificando-o de reles e medíocre, “incapaz de ver o que vê, de sonhar o que sonha, de observar o que observa, de sentir o que sente...”? O que terá levado Eça a deixar sem comentário a sugestão de Mariano Pina de que o romancista poderia corrigir tal defeito em edição posterior da narrativa?

Silêncio análogo da crítica já se havia manifestado aquando da publicação d’ *O crime do padre Amaro* o que, segundo opinião de Ramalho Ortigão manifestada em *Farpa* de janeiro/ fevereiro de 1877, evidenciava, “para honra do jornalismo, que a razão do aparente desprezo de que foi objecto este romance está no simples facto de que a crítica se considerou incompetente para o julgar”.

O facto de a correspondência queirosiana não evidenciar outros textos relativos a recensões d’ *A relíquia* por parte dos seus contemporâneos deve-se, por certo, à circunstância de a publicação do romance ter sido praticamente

coincidente com a da sua submissão ao concurso de melhor livro do ano da Academia Real das Ciências de Lisboa, cujo resultado motivou múltiplas tomadas de posição a favor ou contra a história de Teodorico Raposo. Sobre este tema encontram-se páginas saborosas na epistolografia eciana.

A 14 de junho de 1887, escreve Eça, de Bristol, onde se encontra rodeado de “saxónios, rudes e concentrados”, a Ramalho Ortigão pedindo-lhe que apresente a candidatura d’*A Relíquia* ao certame estabelecido pelo rei D. Luís I. O seu propósito, com esta decisão, não é tanto ganhar o prémio de um conto de reis mas, essencialmente, “gozar a atitude da Academia diante de D. Raposo” (Matos, 2008, I, p.494). No entanto, a submissão não pôde ser feita por procuração, pelo que, a 10 de julho, Eça envia uma carta e dois volumes do livro ao Secretário da Academia, José Maria Latino Coelho, com esse propósito.

Sobre o resultado do concurso que, tal como Eça esperava, não foi favorável à *Relíquia* – recordemos que não obteve um único voto –, podemos ler a carta dirigida a Mariano Pina, a 25 de janeiro de 1888, onde agradece a crónica publicada pelo jornalista n’*A Ilustração*. Uma vez que se encontrava em Bristol, foi através de um número do *Jornal do Comércio* que Eça teve conhecimento do júri, da votação e do relatório de Pinheiro Chagas, alusivos ao “divertido episódio que [...] tirou a Academia [da] sonolência em que se eternizava, muda e mole, com a face venerável caída sobre as folhas brancas do seu dicionário” (*idem*, p.522), para atribuir o galardão ao drama *O Duque de Viseu*, de Henrique Lopes de Mendonça.

Eça volta a salientar que não ambicionava o prémio e que submeteu o seu romance a concurso como forma de reconhecimento, alegria e honra por a Academia lhe ter oferecido, a 15 de março de 1883, um lugar à mesa de trabalhos como sócio correspondente (o que, para o autor, não seria exatamente o mesmo que se lhe tivessem oferecido um banco no Rossio). É com ironia que comenta a apresentação da narrativa ao certame:

A Relíquia, caro Pina, foi à Academia como V. pode ir a casa de *Madame de Trois-Étoiles*, senhora feia, de caracóis e laçarotes amarelos, que cita Marmontel e La Harpe. Não é certamente aprazível penetrar num interior onde se cita La Harpe e Marmontel com lentidão e gula, passando por lábios pintados um lenço pretensioso feito de rendas de sobrepeliz. Mas se *Madame de Trois-Étoiles* lhe oferece todas as semanas um lugar no seu camarote da Ópera ou da Comédie-Française, que faz V., caro amigo, quando, pela Páscoa ou pelo Grand-Prix, a hedionda senhora dá uma dessas receções escancaradas, atulhadas, que em Inglaterra se chamam um *esmagão* e na América um *suadouro*?

V. por gratidão, por dever, toma melancolicamente um fiacre; sobe, de claque debaixo do braço, a clara escadaria entre palmeiras e azáleas; curva o espinhaço

diante de *Madame*, que sorri e mergulha num frufu de sedas; rompe até ao bufete onde colhe uma sanduíche de *foie gras*; e, com o pensamento nos amigos alegres que o esperam à esquina do Café de la Paix, esgueira-se subtilmente murmurando: «Irra! que maçada!» – Ora justamente assim, por dever, num fiacre, e de casaca, foi a *Relíquia* à Academia – onde todavia não teve sanduíche. (*idem*, p.522 – 523)

Para o nosso autor, vários são os aspetos que põem em causa a idoneidade do concurso: a missão da instituição que o promove; a organização do evento; os argumentos aduzidos no relatório.

No que concerne à missão institucional da Academia Real das Ciências, e fazendo eco das palavras de Ramalho Ortigão na *Farpa* acima referida a propósito da celebração do centenário da sua fundação, Eça de Queirós considera que a Academia devia promover a consciência literária e incentivar a inovação através da revolução permanente da ideia e do verbo, do equilíbrio entre tradição e invenção, facto que conduziria a uma “literatura ideal, forte mas fina, original mas equilibrada, fecunda mas sóbria” (*idem*, p.526). Em suma, a Academia devia velar pela manutenção da ordem, “que, na sociedade, se reveste do nome de Justiça, e na Arte, resplandece sob o nome de Beleza” (*idem*, p.527). Contudo, a instituição, comparada a um “instrumento longos anos esquecido ao canto dum casarão, enferrujando-se e apodrecendo sob a escuridade e o bolor”, não deu mostras de se reger por “uma regra, uma medida, uma poética” que apelasse, “pelo exemplo e pela autoridade”, à entrada e aceitação, no seu grémio, de “toda a produção do seu tempo” (*idem*, p.526).

Quanto à organização, interroga-se Eça sobre a viabilidade dos critérios de seleção utilizados que, agrupando tudo o que se encontra “em letra redonda” (*idem*, p.531), comparam prosa e verso, romance romântico e romance arqueológico, cartas de viagem e odes pindáricas. Este aspeto demonstra que o planeamento do concurso não terá sido da responsabilidade de um homem de letras ou de um académico, mas antes de um “dançarino”, de um “barbeiro” ou de um “dentista”, já que, sendo a ideia do concurso ótima,

revela naquele que a concebeu um sentimento muito lúcido e muito exacto deste país, onde toda a produção, além da azeitona e do milho (bendito por ambos seja Deus!), tem de ser forçada e arrancada dum solo esterilizado por meios artificiais, oficiais e de estufa. (*idem*, p.529)

Só assim se entende, claro está, a falta de consistência das razões expostas por Pinheiro Chagas, o seu ‘homem fatal’, para não classificar *A relíquia* como melhor livro do ano. Na perspetiva de Eça, o júri não refletiu nem

sobre as proporções da narrativa, nem sobre o conteúdo e a forma segundo a qual a mensagem era transmitida, nem sobre a composição das personagens. Não terão sido os olhos de Adélia, “reluzentes, maganos, prometendo mil coisas” que indignaram os elementos do júri, nem Maricoquinhas, nem “o rabi Jeschua Natzarieh, preso por pregar contra os cultos, as autoridades e as academias do seu país” (*idem*, p.524). Por outro lado, o dito júri também não se terá sentido cativado pelo douto Tópsius ou pelo erudito Dr. Margaride, nem por D. Patrocínio das Neves que tinha da “Religião o mesmo entendimento que a Academia tem da Literatura”. O autor do relatório insurge-se, essencialmente, contra as posições anticlericais, agnósticas e ateias evidenciadas pela narrativa, contra o sonho de Teodorico, contra o facto de o herói ter visto a Paixão de Cristo “na sua comovente possibilidade histórica – em lugar de a ter visto, como ele textualmente escreve, *sob as formas dum Evangelho burlesco!*” (*idem*, p.528). Neste sonho, acontece algo imperdoável, razão da suprema indignação de Chagas: o facto de Teodorico fumar, no Pretório, “o cigarro blasfemo”. Em suma, para Pinheiro Chagas, *A relíquia* é “um livro sem unidade lógica, um agregado extravagante de duas individualidades incompatíveis”, isto é, a de dois Raposões incompatíveis, não tendo por conseguinte compreendido que o que o protagonista representava era a quebra da unidade do sujeito característica do romance realista e positivista, como virá a referir Carlos Reis (1999, p. 123).

Eça de Queirós aduz que, para que o seu livro agradasse à Academia, teria sido imprescindível mostrar as personagens, não como surgem no *Novo Testamento* ou na História, mas retratá-las de forma grotesca, como por exemplo,

Jesus de chapéu de coco e lunetas defumadas, Pilatos deixando cair o pingo de rapé sobre o *Diário de Notícias*, e ao lado, Oseias, vogal do Sanedrim, numa fardeta de polícia civil, com um número da gola, escabichando um dente furado [...] (*idem*, p.528)

ou ainda, mais tarde, “Jesus a caminho do Calvário, de botas cambadas, manquejando com uma dor num calo (*ibidem*). Mas assim não aconteceu, e *A relíquia* foi à Academia, “recebeu na lombada um empurrão, e remergulhou na turba livre, rosnando [...]: «Irra! que estopada!»” (*idem*, p.524)

A opinião da Academia é secundada, na altura, com maior ou menor veemência, pela de escritores como Camilo Castelo Branco, Moniz Barreto, Maria Amália Vaz de Carvalho, Guiomar Torresão, Oliveira Martins e mesmo do próprio Mariano Pina, quanto à composição do herói como vimos, mas

refutada por Abel Magro ou pela romancista galega Emilia Pardo Bazán que evidenciou a invulgar singularidade e modernidade da obra.

A verdade é que o livro continuou “o seu natural caminho, que é o da grande rua e da vida” (*ibidem*). Para este percurso, com uma nova edição em 1891 – muito provavelmente sem intervenção do autor –, poderá ter contribuído a estratégia adotada por Eça e exposta em carta enviada a Faria e Maia, a 2 de julho de 1884. Relata o escritor ao amigo que, nos dias que antecederam a publicação d’*A relíquia*, foi assolado por certo nervosismo e inquietude que lhe perturbaram o sono e que deram origem a um sonho peculiar em que,

toda a gente, novos e velhos, ricos e pobres, desde o contínuo da administração do concelho e desde o criado de lavoura até ao brasileiro endinheirado e ao político graúdo, iam pedir ao [...] sacristão [de uma célebre capela do Norte], não relíquias milagreiras do milagreiro santo, mas *A Relíquia*, a minha *Relíquia*, muitas *Relíquias*, copiosíssimas *Relíquias*. E o pobre homem, à saída da missa, novena ou lausperene, distribuía aos devotos, a torto e a direito, braçadas e braçadas de livros. (*idem*, II, p.273)

A partir de então, e desde a edição d’*A relíquia*, passou o autor a enviar ao dito sacristão o primeiro volume de cada novo livro que chegasse do editor. E, para não correr o risco de devolução, não identificava o remetente, inscrevendo apenas a indicação: ‘oferecido’. E o volume seguia viagem. Acreditava o nosso autor garantir assim o sucesso das suas publicações.

Conclusão

Através da leitura e interpretação da correspondência queirosiana foi-nos possível delinear a história de um livro, contada através das palavras do seu autor.

O que os ventos da Fortuna entretanto ditaram foi a sua valorização, fundada na máxima cervantina de que para viver é preciso sonhar. *A relíquia* é atualmente um dos romances de Eça de Queirós com maior repercussão internacional, o que se deve ao facto de a crítica do século XX ter contribuído para a sua reinterpretação, abandonando a perspetiva luso-brasileira fundada na lógica e na verosimilhança. A título de exemplo, refira-se a perspetiva de Valéry Larbaud, secundada por Machado da Rosa e sobretudo por Guerra da Cal (1971), de que *A relíquia*, dotada de características do romance picaresco clássico espanhol, é o romance mais singular, livre e inovador da ficção eciana.

Referências

- GUERRA DA CAL, Ernesto (1975–1984). *Bibliografía queirociana sistemática y anotada e iconografía artística del hombre y la obra*. Vol.s I–VI. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- _____. (1971). *A Relíquia. Romance picaresco e cervantesco*. Lisboa: Grémio Literário.
- MATOS, A. Campos (2008). *Eça de Queirós. Correspondência*. Vol. I, II. Lisboa: Caminho.
- PEIXINHO, Ana Teresa (2016). Teodorico Raposo. In Carlos Reis (coord.). *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa*. Disponível em: <http://dp.uc.pt/conteudos/entradas-do-dicionario/item/558-raposo-teodorico>
- QUEIRÓS, José Maria Eça de (s.d.) = UCA. *Uma campanha alegre de «As Farpas»*. Lisboa: Edição «Livros do Brasil». (1890–1891)
- QUEIROZ, José Maria Eça de (s.d.). *A Relíquia*. Ed. Helena Cidade Moura. Lisboa: Edição «Livros do Brasil». (1887)
- ORTIGÃO, Ramalho, & QUEIRÓS, Eça de (1871–1883). *As farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*. Lisboa: Typ. Universal. Disponível em: <http://purl.pt/256>
- REIS, Carlos (2018). *Dicionário de Estudos Narrativos*. Coimbra: Almedina, 2018.
- _____. (1999). Estratégia narrativa e representação ideológica n' *A Relíquia*. In: _____. *Estudos Queirosianos*. Lisboa: Editorial Presença, p. 116–123.
- SILVEIRA, F. Maciel (2000). *(A) Relíquia: uma reflexão heterodoxa à Fradique Mendes*. In A. Campos Matos (org. e coord.). *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queirós*. Lisboa: Caminho, p. 573–578.